

Sean H. Kompier Abib

EXCESSOS INTERPRETATIVOS NO COMBATE À CORRUPÇÃO

UM ENSAIO SOBRE A ORTODOXIA CONSTITUCIONAL BRASILEIRA



SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	8
PREFÁCIO	9
<i>Guilherme de Souza Nucci</i>	
APRESENTAÇÃO DO AUTOR	13

1ª PARTE:

CONSTITUCIONALISMO E DIREITO PENAL BRASILEIRO.....	17
--	----

1º CAPÍTULO

O RADICAL DA CONSTITUIÇÃO REPUBLICANA DE 1988	19
1. As cláusulas pétreas e seu fundamento etiológico.....	22
1.1. Os direitos individuais na Constituição Republicana de 1988.....	23
1.2. A formação do Estado na Constituição Republicana de 1988 e a legitimidade desde baixo em Luigi Ferrajoli	28
2. A liberdade individual como denominador comum às cláusulas pétreas: a leitura ortodoxa e heterodoxa da Constituição Republicana de 1988	35

2º CAPÍTULO

A IMPERATIVIDADE HISTÓRICA DA LIBERDADE INDIVIDUAL NA CONSTITUIÇÃO REPUBLICANA DE 1988.....	39
1. Exemplos históricos e a relevância das cláusulas pétreas	40
1.2. O patrimonialismo de Raymundo Faoro e a República (art. 1.º, <i>caput</i> , CRFB/1988)	40
1.2. O coronelismo de Victor Nunes Leal e o Pacto Federativo (art. 18, CRFB/1988).....	46
1.3. A escravidão e o vilipêndio à autonomia individual de negros e índios	51
1.4. As revoltas populares e as punições arbitrárias	54
2. A historicidade da liberdade individual no Brasil e discricionariedade	59

3º CAPÍTULO

A EXPANSÃO DO DIREITO PENAL NO BRASIL E A MORALIZAÇÃO DA LEI PENAL	62
1. O Direito penal das sociedades globalizadas	64
2. As condições para a criação do Direito penal da globalização.....	68
3. As consequências da expansão do Direito Penal no combate aos crimes de corrupção em solo nacional	75

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	8
PREFÁCIO	9
<i>Guilherme de Souza Nucci</i>	
APRESENTAÇÃO DO AUTOR	13

1ª PARTE:

CONSTITUCIONALISMO E DIREITO PENAL BRASILEIRO.....	17
--	----

1º CAPÍTULO

O RADICAL DA CONSTITUIÇÃO REPUBLICANA DE 1988	19
1. As cláusulas pétreas e seu fundamento etiológico.....	22
1.1. Os direitos individuais na Constituição Republicana de 1988.....	23
1.2. A formação do Estado na Constituição Republicana de 1988 e a legitimidade desde baixo em Luigi Ferrajoli	28
2. A liberdade individual como denominador comum às cláusulas pétreas: a leitura ortodoxa e heterodoxa da Constituição Republicana de 1988	35

2º CAPÍTULO

A IMPERATIVIDADE HISTÓRICA DA LIBERDADE INDIVIDUAL NA CONSTITUIÇÃO REPUBLICANA DE 1988.....	39
1. Exemplos históricos e a relevância das cláusulas pétreas	40
1.2. O patrimonialismo de Raymundo Faoro e a República (art. 1.º, <i>caput</i> , CRFB/1988)	40
1.2. O coronelismo de Victor Nunes Leal e o Pacto Federativo (art. 18, CRFB/1988).....	46
1.3. A escravidão e o vilipêndio à autonomia individual de negros e índios	51
1.4. As revoltas populares e as punições arbitrárias	54
2. A historicidade da liberdade individual no Brasil e discricionariedade	59

3º CAPÍTULO

A EXPANSÃO DO DIREITO PENAL NO BRASIL E A MORALIZAÇÃO DA LEI PENAL	62
1. O Direito penal das sociedades globalizadas	64
2. As condições para a criação do Direito penal da globalização.....	68
3. As consequências da expansão do Direito Penal no combate aos crimes de corrupção em solo nacional	75

4º CAPÍTULO

CONSTITUCIONALISMO E O COMBATE À CORRUPÇÃO: O PARADIGMA DA AÇÃO PENAL Nº 470/MG.....	78
1. O combate à corrupção e seu viés moralista na Jurisdição brasileira.....	79
2. A Operação Lava Jato e a suspeição do ex-juiz Sérgio Fernando Moro.....	92
3. O combate brasileiro à corrupção e o insuperável vício patrimonialista	97

2ª PARTE:

ASPECTOS DA TEORIA DO CRIME E OS DELITOS DE CORRUPÇÃO NO BRASIL.....	101
---	------------

1º CAPÍTULO

OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO DIREITO PENAL E OS DELITOS DE CORRUPÇÃO ...	102
1. Os princípios constitucionais penais em espécie	103
2. Os princípios constitucionais e as divergências da prática jurisprudencial: ato de ofício no delito de corrupção bilateral e retroatividade da jurisprudência	110
3. O contraste entre Constituição e Lei Penal.....	116

2º CAPÍTULO

A CONDUTA EM CARÁTER OMISSIVO E OS CRIMES DE CORRUPÇÃO	117
1. Considerações preliminares sobre os crimes omissivos	118
2. Um contorno geral sobre os crimes omissivos.....	121
3. Crimes omissivos próprios e o delito de sonegação de contribuição previdenciária praticado por prefeito.....	124
4. Crimes omissivos impróprios e o dever de garante do prefeito.....	128
5. O dilema da omissão punível e a proteção da coisa pública	132

3º CAPÍTULO

AUTORIA E PARTICIPAÇÃO NOS CRIMES DE CORRUPÇÃO	135
1. Autoria, participação e a participação de menor importância no Código Penal brasileiro.....	136
2. O domínio do fato e o julgamento da ação penal nº 470/MG.....	142
3. Associação criminosa e pertinência à organização criminosa	150
4. O excesso interpretativo no artigo 29 na tratativa dos crimes de corrupção.....	156

4º CAPÍTULO

HETERODOXIA E CONSEQUENCIALISMO NA TEORIA DO CRIME NOS CRIMES DE CORRUPÇÃO	158
--	------------

3ª PARTE:

A PENA E OS CRIMES DE CORRUPÇÃO	163
--	------------

1º CAPÍTULO

AS TEORIAS DE LEGITIMAÇÃO E DESLEGITIMAÇÃO DA PENA.....	164
1. A teoria retributiva da pena criminal	165

2. A finalidade preventiva da pena criminal.....	171
2.1. Prevenção geral	174
2.2. Prevenção especial.....	177
2.3. A teoria unificadora dialética de Roxin.....	179
2.4. A teoria preventiva de Ferrajoli	181
2.5. A função preventiva da pena e a finalidade garantista de Ferrajoli.....	183
3. As teorias deslegitimadoras da pena criminal	185
3.1. Teoria agnóstica da pena	185
3.2. Teoria dialética.....	187
3.3. Abolicionismo penal	190
3.4. A contribuição das teorias deslegitimadoras.....	191
4. O conceito de pena segundo os princípios constitucionais	191
5. A finalidade da pena criminal e o garantismo penal.....	195

2º CAPÍTULO

A PENA CRIMINAL NA DOGMÁTICA CRIMINAL BRASILEIRA.....	197
1. Artigo 59: a função da pena no caput e o termo “reprovar”	197
2. Artigo 59: “personalidade” e seus critérios dogmáticos.....	199
3. Artigo 60: Pena de multa e os crimes de corrupção.....	200
4. Artigo 33, § 4º e sua inconstitucionalidade	201
5. A discricionariedade da pena criminal e o combate à corrupção	204

3º CAPÍTULO

A FINALIDADE DA PENA E O DIREITO À RESISTÊNCIA	208
CONCLUSÃO	221
1. Construção de tipos penais de demonstração empírica	225
2. A ausência de ferramentas para a proteção contra o abuso de autoridade e a Lei nº 13.868/2019	226
3. A falta de um projeto nacional para o combate à corrupção.....	233
4. A construção de uma cultura constitucionalista no Direito brasileiro e a necessidade de reforma interna no Judiciário	239
5. Considerações finais.....	243
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	249
REFERÊNCIAS JURISPRUDENCIAIS	254